

RECURSO ESPECIAL Nº 1.699.359 - PR (2017/0238969-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **AFREBRAS - ASSOCIAÇÃO DOS FABRICANTES DE REFRIGERANTES DO BRASIL**
ADVOGADOS : **OKSANDRO OSDIVAL GONÇALVES - PR024590**
 LUIZA PRADO CAMARGO - PR073252
RECORRIDO : **BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN**
ADVOGADO : **PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **AFREBRAS - Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 177):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES. CARÁTER NÃO ABSOLUTO. PRESERVAÇÃO DE SIGILO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO OU PARTICULAR.

1. O direito de acesso a informações perante a Administração Pública não é absoluto (arts. 5º, inciso XXXIII, e 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; art. 22 da Lei n.º 12.527/2011; art. 2º, caput e § 1º, da Lei Complementar n.º 105/2001, e art. 198 do CTN), nem alcança os dados acobertados pelo sigilo, principalmente quando não demonstrada a existência de interesse particular ou coletivo que o justifique.

2. O simples fato de as empresas transnacionais de grande porte - que exploram as atividades de fabricação de malte, cervejas, chopes, águas envasadas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas - serem beneficiárias de incentivos fiscais não gera o dever indiscriminado de prestação de contas acerca de seus lucros ou dividendos, ante a ausência de previsão legal.

3. É fato público e notório que são poucas as companhias transnacionais de grande porte que atuam nesse ramo de atividade econômica, de modo que o fornecimento de dados sobre a remessa de recursos financeiros ao exterior à entidade privada solicitante implicaria, por via transversa, a quebra individual de seus sigilos bancário, fiscal e industrial, sem justo motivo para tanto.

Opostos embargos declaratórios, foram acolhidos apenas para fins de prequestionamento (fls. 211/221).

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 18, 489, § 1º, e 1.022, do CPC/2015; 4º, III, da Lei nº 12.527/2012. Sustenta que: **(I)** a Associação recorrente, na medida em que busca resguardar os interesses de seus associados, possui legitimidade para realizar o presente pleito, havendo, portanto, pertinência entre o pedido da ação e suas finalidades estatutárias; **(II)** "*as informações requeridas não são, de fato, sigilosas*", porquanto já transcorrido o tempo pelo qual a informação seria considerada inacessível; **(III)** "*o que se pretende com a ação é o acesso a informações meramente numéricas dos valores remetidos às mencionadas subclasses do CNAE, o que, por si só, não tem o condão de violar qualquer sigilo ou dado de natureza pessoal das empresas*"; e **(IV)** o acórdão recorrido foi omissivo.

Contrarrazões às fls. 271/286.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao cerne da controvérsia, relativa ao fornecimento, pelo Banco Central, das informações solicitadas, destaca-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 170/171):

Como bem ressaltado na sentença, (1) o direito de acesso a informações perante a Administração Pública não é absoluto (arts. 5º, inciso XXXIII, e 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; art. 22 da Lei n.º 12.527/2011; art. 2º, caput e § 1º, da Lei Complementar n.º 105/2001, e art. 198 do CTN); (2) não restou demonstrada a existência de interesse particular ou coletivo que justifique a apresentação dos dados requeridos; (3)

o simples fato de as empresas transnacionais de grande porte - que exploram as atividades de fabricação de malte, cervejas, chopes, águas envasadas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas - serem beneficiárias de incentivos fiscais não gera o dever indiscriminado de prestação de contas acerca dos lucros ou dividendos por parte das empresas que exploram a atividade econômica de produção de refrigerantes, cervejas e assemelhados, ante a ausência de previsão legal neste sentido; (4) é fato público e notório que são poucas as companhias transnacionais de grande porte que atuam no ramo de atividade econômica referido pela requerente, e (5) sendo deferida a apresentação dos dados requeridos, estaria se autorizando, por via transversa, a quebra individual dos sigilos bancário, fiscal e industrial de empresas regularmente constituídas, tais como a Coca-Cola Company e a AB Inbev, em flagrante afronta aos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais retromencionados, porquanto sem justo motivo para tanto. Acresça-se a tais fundamentos que, além de o direito constitucional de acesso a informações perante a Administração Pública não ser amplo e irrestrito, tanto que ressalvadas as hipóteses de sigilo e de segredo de justiça, a finalidade do pedido de divulgação de dados relativos a remessas de lucros e dividendos ao exterior nos últimos 10 (dez) anos do setor de bebidas, por CNAE - qual seja, a de assegurar a transparência das transações realizadas pela exploração de atividade empresarial (econômica) do nosso país' (INIC1 - evento 1 dos autos originários) -, é genérica e não foi demonstrada a relação de pertinência com os objetivos e finalidade estatutárias da autora - art. 3º do Estatuto (ESTATUTO4 - evento 1 dos autos originários).

[...]

Outrossim, os argumentos de que as informações requisitadas não são resguardadas pelo sigilo e sua publicização não implicaria quebra de sigilo bancário, fiscal ou de qualquer outra natureza, dada a impessoalidade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), não subsistem, ante a constatação de que o fornecimento de dados relativos à movimentação financeira de empresas, ainda que por código de classificação, redundaria, por via transversa, violação a sigilo imposto por lei, com já ressaltado na sentença.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da ausência de pertinência do pleito com os objetivos e finalidades estatutárias da

Associação recorrente demandaria, necessariamente, novo exame das cláusulas de seu estatuto e do acervo fático-probatório constante dos autos, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. QUESTÃO DECIDIDA COM BASE NOS ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS E NA INTERPRETAÇÃO DADA AO ESTATUTO SOCIAL DA PARTE AUTORA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 04/11/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão que inadmitira o Recurso Especial, publicada na vigência do CPC/2015.

II. No acórdão objeto do Recurso Especial, o Tribunal de origem reconheceu a legitimidade da associação agravada para o ajuizamento da presente Ação Civil Pública, na qual postula a declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 66 do ADCT da Constituição do Estado de Minas Gerais, para o fim de ver reconhecida a vacância do Registro Civil de Pessoas Naturais de Ipatinga e a inclusão da serventia em concurso público. Nos termos do acórdão recorrido, "constituindo-se o escopo da demanda, bem como da associação, 'a defesa da promoção dos concursos públicos para cartórios em todo o país e a garantia da assunção de candidatos aprovados nas serventias extrajudiciais, em atendimento ao art. 236, § 3º da Constituição Federal', de se reconhecer a pertinência temática entre as finalidades institucionais e interesses tutelados, acarretando, conseqüentemente, na legitimidade extraordinária da associação para a propositura deste feito".

III. Nesse contexto, infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, quanto à demonstração da legitimidade ativa da parte agravada, demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fática e a interpretação do seu estatuto social, o que é vedado, em Recurso Especial, nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ. Precedentes do STJ (AgInt no AREsp 904.791/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/10/2016; STJ, AgRg no AREsp 335.747/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 25/11/2014).

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 993.011/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 8/3/2017)

Ademais, impende destacar que o Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais (sigilos fiscal, bancário e direito de acesso à informação - art. 5º, X e XXXIII, da CF/88), matérias insuscetíveis de exame em sede de recurso especial. Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015 FEITA DE FORMA GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. SINDICATO ESTADUAL. PRETENSÃO EM OBTER INFORMAÇÕES PESSOAIS ACERCA DE SERVIDORES JUNTO NO IPSEMG. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA EM RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. DECRETO ESTADUAL 45.969/2012. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF, APLICADA POR ANALOGIA. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

- 1. Cinge-se a controvérsia à possibilidade de o Sindicato obter acesso à informações de servidores junto ao IPSEMG.*
- 2. É deficiente a fundamentação do Recurso Especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.*
- 3. O acórdão recorrido tem como fundamento matéria eminentemente constitucional. Sendo assim, destaca-se a inviabilidade da discussão em Recurso Especial acerca de suposta ofensa a matéria constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição*
- 4. Ademais, o exame da pretensão recursal pressupõe a apreciação de normas de Direito local, mais especificamente do Decreto estadual 45.969/2012. Isso posto, a Corte de origem decidiu a lide à luz da referida legislação local, fazendo referência às suas disposições para solucionar a controvérsia. Aplicação, in casu, da Súmula 280 do STF.*
- 5. Por fim, a instância de origem decidiu a questão com fundamento no suporte fático-probatório dos autos, cujo*

Superior Tribunal de Justiça

reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.701.636/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 19/12/2017)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator